

© Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

© All rights reserved.

PREFÁCIO

O Japão era, há um século, um país feudal, pobre, atrasado, reaccionário a todas as inovações exteriores, vivendo apenas da agricultura, com uma indústria artesanal requintada. Hoje, pobre ainda de matérias-primas, com uns escassos 15% de solo arável, o Japão tornou-se, depois de um esforço exemplar, no mais progressivo país do mundo.

Qual o motivo por que um país assim pobre e atrasado pôde tornar-se, em muitos aspectos, e em poucas gerações, no país mais desenvolvido do mundo?

Este livro procura encontrar uma resposta. É, creio eu, a primeira tentativa de analisar em profundidade o processo ou dinâmica de desenvolvimento do Japão.

Para o elaborar, foram-me de grande auxílio a investigação e a meditação feitas ao longo dos últimos anos na preparação das lições professadas no Instituto de Estudos Orientais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Descobri agora que o melhor meio de aprender é ensinar.

Ezra Vogel, professor da Universidade de Harvard, procurou, num livro notório, Japan as nr. 1: Lessons for America, tirar ensinamentos para o desenvolvimento da maior potência económica mundial; quantas lições não poderá dar ao país menos desenvolvido da Europa Ocidental?

Na situação difícil e grave em que Portugal hoje se debate, seria quase uma lacuna não procurar encontrar os ensinamentos que porventura se ofereçam no exemplo nipónico. Eis a razão da última parte deste trabalho [PARTE V].

Logo nos primeiros passos do Japão no progresso ocidental pode ver-se, na mentalidade de uma elite jovem (a média é de trinta anos), o propósito claro de operar uma profunda e calculada renovação do país: de renovar as estruturas e intensificar a educação, de introduzir selectivamente dos países estrangeiros (de cada um aquilo em que ele era melhor) tudo o que pudesse tornar o país mais forte e mais moderno; foram

importados técnicos, ideias, máquinas. E logo que os Japoneses aprenderam o que os técnicos sabiam, despediram-nos. Já vem de então o processo de planeamento a longo prazo, a atenção à disciplina social e à harmonia no trabalho, o sistema de colaboração entre as empresas e o aparelho do Estado, o respeito pelo valor do trabalho bem executado, a procura insistente da inovação, a estima pela eficiência e o total contemto pela improvisação. Estes caracteres, que os Japoneses elevaram a alto grau e os impuseram à América e à Europa, constituem ainda hoje a base e a dinâmica do sistema.

Sobre nenhum país terão escrito tanto os estrangeiros como sobre o Japão moderno – o Japão que em Portugal se desconhece. Apesar dessa numerosa bibliografia, está-se longe de se ter abordado, na sua complexidade, todos os aspectos do «caso» japonês, do impressionante desenvolvimento do Japão, da sua ocidentalização sem trair a Ásia – que poderá ser o prenúncio de novos exemplos que no futuro poderão transformar inteiramente a História (que até aqui tem sido sobretudo história da acção e expansão ocidentais) em verdadeira História Universal.

A civilização está no limiar de uma nova idade – a ultrapassar a idade da produção económica e da modernização: está a entrar na Idade da Cultura. Esta é a linha de frente que estão a atingir os países desenvolvidos. Outros, como Portugal, debatem-se ainda na solução dos múltiplos problemas do pré-desenvolvimento, da eliminação da ignorância e da pobreza. Com a mais alta taxa de analfabetismo na Europa, a mais alta percentagem de mortalidade infantil e o mais baixo rendimento por cabeça, num continente onde já foi ponta de lança, Portugal, enquanto os outros avançam, está a atrasar-se mais cada dia, estagnado em velhas estruturas, embaraçado por contradições, erros e tramas do passado, de que não consegue libertar-se.

Houve uma época do «homem organizado» (organization man); estamos hoje na época do «país organizado». Administrar um país requer saber, competência, visão, harmoniosa colaboração, tenacidade e muito trabalho. E a experiência hoje mostra que é mais fácil organizar um pequeno que um grande país: são os pequenos países da Europa Ocidental que vão à frente na prosperidade e progresso social no mundo. Se

Portugal fosse bem governado e organizado, poderia contar-se nesse número. O nosso progresso depende de nós.

Findo o Império, regressados aos nossos limites europeus, é o momento de fazer acto de consciência sobre o passado e pensar o futuro. Este livro é inquérito e meditação: inquérito sobre os processos por que passou um país há um século muito mais atrasado que nós para se tornar no mais avançado e progressivo do mundo; meditação sobre as lições que deste exemplo poderíamos tirar.

Soube há pouco que o antigo secretário-geral adjunto da OCDE, C. Cahan, em visita de estudo a Portugal, há mais de uma década, aconselhou ao Governo português a modernização do País pelos métodos japoneses, por serem mais económicos e não exigirem grandes investimentos. Conforta-me sabê-lo, porque desde há muito venho defendendo idêntica tese, perante a geral indiferença e a descrença dos que não têm fé em que Portugal possa um dia tornar-se num país moderno e progressivo.

Portugal foi o primeiro país do Ocidente a expandir pelo mundo a civilização ocidental; talvez isto ajude a explicar porque é hoje, quando esta civilização declina, o país mais atrasado da Europa Ocidental. Mas para os povos, como para os homens, não existem fatalidades ou situações insuperáveis – se houver lucidez bastante para dissipar a confusão e planear o futuro, sageza para aprender com os outros e com a própria experiência, força e vontade para atacar o que é difícil de alcançar. Prova disto é a nossa história. O Futuro é a nossa decisão desta manhã.

A civilização japonesa é, de todas, aquela que guarda mais vivo o gosto do trabalho, do divertimento e da alegria. Assim não é apenas um exemplo de desenvolvimento industrial, é também o de saber viver, o da lucidez intelectual, o da harmonia e felicidade dos homens.

(Japão: A Construção de Um País Moderno, pp. 9-11)

INTRODUÇÃO

O Japão é um país pobre de recursos naturais, com uma população densa, que em tempos magros foi obrigada a emigrar. Hoje é um dos países mais prósperos do mundo, talvez o mais bem governado, e certamente o mais culto.

Há um século ainda, quando a Revolução Industrial aumentava em riqueza a Grã-Bretanha, França e Bélgica e lhes imprimia grande progresso industrial, no Japão não existia uma só máquina. Desde o século XVII até 1868, os Japoneses viveram isolados do mundo exterior. O Governo proibiu o contacto com estrangeiros em 1636 e decretou a pena de morte para todo o nacional que saísse do país. Depois da expulsão dos Portugueses, em 1639, por teimarem em introduzir o cristianismo, esses contactos limitavam-se a um reduzido comércio com Chineses e poucos Holandeses, em Nagasáqui; os barcos estrangeiros eram desarmados e toda a mercadoria minuciosamente inspeccionada, sendo logo queimados todos os livros europeus e mesmo os chineses que tivessem referências à religião cristã. A partir de 1720 era permitida a entrada de livros estritamente científicos que os holandeses traziam; a leitura destes e o contacto muito vigiado entre os holandeses, que na pequena ilha artificial de Deshima viviam enclausurados, e um reduzido escol de japoneses, foi o primeiro fermento para o surto de ideias que mais tarde transformariam o Japão. Até 1854, ano em que o comodoro americano Perry forçou o país a entreabrir as portas ao Ocidente, o Japão vivia no regime de país fechado, *sakoku*, num isolamento absoluto.

Passado um século, de um país velho e feudal, dominado por uma nobreza despótica e uma oligarquia militar fanática, de um país retrógrado dividido em servos e castas privilegiadas, o Japão tornou-se num país novo, democrático, onde a liberdade política, a igualdade social e a cultura de todo o povo são os factores predominantes.

Hoje, o Japão ultrapassou todos os países da Europa em potência industrial, como superou os Estados Unidos em vários sectores da indústria e da tecnologia. A modernização do Japão é um dos mais espantosos fenómenos dos tempos modernos. Chamaram-lhe «milagre». Que fez do Japão, pois, em cem anos, de um país fechado e hostil ao progresso, imerso no feudalismo mais reaccionário, um dos países dianteiros do progresso tecnológico e educacional?

A resposta não é simples, mas é clara.

Antes da era Meiji (1868-1912), o Japão não possuía uma fábrica, nem um sistema de comunicações, desconhecia os processos do comércio internacional; a sociedade feudal estava estagnada e impreparada para uma mudança. Porém, o Governo, apoiado e esclarecido pela palavra e pelos livros de alguns grandes espíritos, teve a visão exacta da nova via que se oferecia ao Japão: introduzir a ciência e a tecnologia ocidentais, que dariam ao país força e progresso. Para as aprender, milhares de japoneses foram enviados ao estrangeiro, e foram contratados para o Japão peritos estrangeiros; o pagamento destes peritos absorvia metade do orçamento do ministério da Indústria.

O Governo japonês traçou uma linha política clara: criar um Estado forte, expandir a economia, que, não sendo planificada, tinha objectivos de desenvolvimento precisos, nas áreas que interessavam à grandeza nacional. Desde o princípio foi compreendido que o progresso dependia de um feliz equilíbrio na adopção de ideias novas, importadas dos países ocidentais, depois de uma criteriosa selecção e da combinação dessas ideias com os valores transmitidos na herança tradicional.

No espaço de sessenta anos, o Japão havia-se transformado num moderno Estado industrial, equipado com todos os recursos da ciência e da tecnologia, capaz de produzir a maior parte dos produtos manufacturados; estabeleceu uma rede de comunicações, um largo comércio e uma marinha que ocupava o terceiro lugar no mundo. O Japão teve então a sorte de ver surgir um escol de homens com a visão das oportunidades de progresso e do futuro. O Japão torna-se internacionalmente respeitado; em 1894 ganha a guerra com a China; em 1902, a poderosa Inglaterra procura a sua aliança; em 1905 vence a Rússia, uma das maiores potências europeias. O Japão tornara-se, num curto prazo, numa das maiores potências mundiais.

Coisa semelhante aconteceu após a segunda guerra mundial: em menos de trinta anos, o Japão, derrotado e arrasado, recuperava a sua posição de grande potência e ultrapassava em poder económico os países europeus mais avançados.

Na primeira fase da restauração Meiji, 1868, até ao fim da guerra em 1945, foi da Europa que o Japão importou ideias, sistemas industriais e de educação, instituições económicas, estruturas políticas. Na segunda fase, considerando a Europa ultrapassada, volta-se para os Estados Unidos e adopta os modelos americanos na educação e na indústria, tendo logo compreendido que o futuro do país estava no emprego da

tecnologia mais avançada. Um exemplo: as máquinas e os produtos químicos, que antes da guerra representavam apenas 16% do total das exportações, elevam-se a 82% trinta anos depois; por 1930, um operário japonês produzia cinco vezes menos que um operário americano; hoje, em fábricas robotizadas de automóveis, chega a produzir sete vezes mais.

A partir de 1980, o Japão, antes demasiado dependente dos Estados Unidos, começa a mostrar uma mais forte consciência da sua posição na área do Pacífico, e no mundo, e a exprimir maior consistência na sua identidade e na sua política externa. Está a consolidar-se uma sociedade livre, afluyente e pluralista.

Através destas fases sucessivas, em que foram importados valores e instituições da Europa, e depois dos Estados Unidos, o Japão tem conseguido preservar a sua individualidade nacional, o seu génio, a sua cultura inconfundível. Devido ao alto grau de homogeneidade étnica e linguística, os Japoneses têm podido ser ecléticos e pluralistas na capacidade de assimilar culturas estrangeiras.

O Japão possuía a experiência de importação de outras culturas desde o século VI, em que começou a absorver os valores religiosos, filosóficos e artísticos sínicos, sem se deixar absorver pela superior civilização chinesa (a fórmula era: sabedoria chinesa, espírito japonês); depois de copiar os modelos das dinastias Sui e Tang, o Japão realizou um processo de assimilação e síntese criativa, que se repetiu ao tempo da dinastia Sung e, mais tarde, da dinastia Ming, nos séculos XV e XVI, seguindo-se a cada período de convívio e absorção um período de afastamento, como que para reflexão e transformação. Coisa semelhante aconteceu com os valores ocidentais levados pelos Portugueses, nos séculos XVI e XVII, quando, a seguir a um convívio cultural frutuoso, o Japão pôs de parte tais valores, para se isolar durante dois séculos e meio.

De todas as vezes, o Japão não importou tudo indiscriminadamente, nem da China, nem da Europa, nem da América. Da China não importou o sistema de exames para os postos da administração (guardou o seu sistema hereditário das profissões); a escrita foi adoptada, mas quase nenhum japonês fala chinês; o catolicismo teve, no primeiro contacto com o Ocidente, grande seguimento, mas conta hoje com menos adeptos do que há três séculos. Coisa semelhante aconteceu por ocasião da abertura do Japão ao Ocidente nos meados do século passado, assim como a seguir à última guerra mundial,

quando os jovens japoneses copiavam tudo que era americano, sobretudo o *jazz* e os desportos; ficou apenas o baseball, que se tornou num desporto nacional. Deve porém acentuar-se que os Estados Unidos foram para o Japão – como já haviam sido para a Europa – uma grande fonte de rejuvenescimento.

O surto do Japão moderno, e as suas implicações mundiais, não são ainda inteiramente compreendidos na Europa, sobretudo em países afastados do comércio das ideias, ou fechados no invólucro de uma mentalidade passadista, como Portugal.

O exemplo japonês prova que existem processos que podem fazer progredir um país num curto tempo histórico a ponto de ultrapassar os que estavam à sua frente. Há um século, o Japão era desprezado pelos países do Ocidente, que lhe impunham tratados desiguais; e ainda nas negociações para o Tratado de Versalhes o delegado japonês não conseguiu fazer aceitar o princípio da igualdade das raças.

As condições como que se invertem; hoje é o Japão que considera a Europa como um continente atrasado, embora respeitando-o no plano cultural: para o Japão actual, a Europa passou a ser sobretudo um admirável museu de cultura.

Os grandes construtores do Japão moderno não são os políticos, mas os grandes industriais: os inventores da Sony, da National, da Honda, da Seiko, da Toyota e da Nissan, do jornal maior do mundo, o *Yomiuri*. Estes construtores de um novo país têm incessantemente proclamado acima de tudo a sua fé na inteligência. O progresso industrial baseia-se na circulação da informação. O Japão é o país mais bem informado do mundo. Para dar um exemplo: a Mitsui dispõe de uma rede de telecomunicações de 400 000 km, tendo vinte e quatro linhas directas para Nova Iorque; recebe diariamente quatro mil mensagens – mais que todos os ministérios portugueses juntos. Existe uma estreita ligação entre o *marketing* e a actividade produtiva; a Toyota, por exemplo, só produz o número de automóveis que pode vender. Os sistemas económico e industrial são rapidamente permeáveis às inovações técnicas. São mesmo sensíveis à estética: as operárias de uma fábrica em Tóquio usam uniformes desenhados por Pierre Cardin.

Pode dizer-se que o progresso japonês é apenas devido à inteligência, condicionada a três factores: o sistema de educação, a constante procura de inovação e a disciplina da organização, incessantemente aperfeiçoada.

Os elementos essenciais do sistema nipónico têm sido a produção industrial e o comércio externo. Uma das principais tarefas da diplomacia japonesa tem sido realizar a coordenação e expansão económica ao nível internacional.

A organização política e económica, embora com muitas limitações, não sofre dos defeitos e absurdos, nem da rotina, do capitalismo ocidental. O Japão adoptou do Ocidente princípios capitalistas e princípios socialistas, e sobre estas duas filosofias políticas instalou um pragmatismo são e eficaz – simbiose esta que só poderia ser realizada por quem está de fora tanto da filosofia capitalista como da comunista e pode recorrer ainda a uma forma de pensamento diferente de ambas, de raiz asiática.

Mas antes desta adopção de ideias e métodos estrangeiros está o propósito fundamental de criar um país novo, assente em novas estruturas, embora guardando ciosamente o fundo da sua ética, língua, cultura e carácter social.

Os Japoneses responderam ao desafio do Ocidente modificando a sua sociedade e elaborando um sistema de valores que visa o progresso nacional e o convívio internacional, num mundo novo orientado para a divisão internacional do trabalho e a harmonização do comércio mundial.

Hoje, a Europa e os Estados Unidos sentem-se ameaçados pelo Japão industrial e procuram convencer os Japoneses a restringir a sua produtividade, a sua agressividade comercial, em vez de se esforçarem por elevar os níveis ocidentais da concorrência, reestruturando o antigo e fazendo o estudo científico do mercado japonês, em que escassamente penetraram.

A Europa, a braços ainda com difíceis problemas legados pela última guerra e pelas contradições da civilização ocidental, pôs termo à sua expansão – cujo ponto final foi a decisão da Grã-Bretanha de retirar as suas forças para lá do Suez, em fins de 1960 – e retraiu-se sobre si mesma, sob o peso do problema capital da sua segurança. De tais contradições surgiu o comunismo e a União Soviética ameaçando o flanco oriental europeu.

Começa a erguer-se, cada vez mais nítido, o desafio da Ásia, e à civilização ocidental aparece apenas uma alternativa: criar uma nova sociedade; ou então uma sociedade nova, cujos princípios virão de fora do Ocidente, que abolirá o homem ocidental tal como ele é hoje.

Uma sociedade é um complexo de estruturas humanas, cuja evolução se vai acelerando. Enquanto o Ocidente se preocupa cada vez mais com a sua segurança e se agrava o conflito Leste-Oeste, o Japão concentra-se nos problemas da intensificação do progresso, da automatização, da humanização das grandes cidades, na regeneração do ambiente, na redução do tempo de trabalho, no preenchimento dos tempos livres, no aumento da cultura, em abrir largas perspectivas sobre o século XXI.

Cobrando uma vasta extensão de terra e mar, rica de recursos, contando quase metade da população mundial, a Ásia começa a tomar consciência da força da sua identidade.

Aqui estão situados países de economias muito dinâmicas, como, além do Japão, a Coreia do Sul, a Formosa, Singapura; mais tarde será a China, cujo desenvolvimento, como previu Napoleão, vai provavelmente decidir o futuro do mundo.

O Japão, procurando guardar a sua identidade e pertença à Ásia, quer alargar ao mesmo tempo os seus laços com o Ocidente, dupla posição que poderá favorecer o esclarecimento de uma política comum nos problemas Norte-Sul e trazer benefícios ao progresso mundial.

Escritores há que prevêem que o próximo milénio será de predomínio da Ásia.

O Japão seleccionou do Ocidente as ideias e os estímulos que pudessem revitalizar a sua antiga civilização, e é o único país não ocidental a atingir uma industrialização plena. Combinando as novas ideias e fontes ocidentais com as herdadas do seu passado, o Japão está a criar uma nova cultura e a abrir novos caminhos às gerações do futuro.

O Japão criou uma nova forma de capitalismo, bastante diferente do original ocidental. A originalidade e a criatividade com que o Japão formou as suas novas estruturas políticas e económicas oferecem matéria para séria reflexão. A vida política e a actividade económica nipónicas estão impregnadas de uma sabedoria oriental e de valores estéticos orientais que não têm equivalente nos países capitalistas do Ocidente. Mas só a ciência e a tecnologia ocidentais podiam permitir o espectacular sucesso do Japão moderno.

Na minha modesta opinião, os economistas ocidentais que têm estudado o «milagre» económico japonês, embora tomassem em conta as características mais peculiares do edifício social e económico japonês, não aprofundaram suficientemente as

conexões existentes entre as realizações do novo Japão e a sua antiga tradição humanística.

O presente ensaio é apenas uma tentativa para procurar compreender o processo e as vias de desenvolvimento de um país retardado e fechado que se tornou na nação mais progressiva do mundo e mais pronta para o convívio internacional.

Os Japoneses vivem no passado e no futuro; para eles, o presente não é mais – usando a expressão de T. S. Eliot – do que o «momento presente do passado». As suas vivências são por isso mais amplas e mais várias: possuem duas pinturas (a tradicional e a moderna), duas esculturas, duas literaturas, duas maneiras de vestir (o quimono e o fato ocidental), duas cozinhas, duas formas de teatro (o Nô e o Kabuki, representados como nos séculos XV e XVII, e o mais ousado teatro de vanguarda).

O Japão foi o primeiro país na História que soube combinar as civilizações do Oriente e do Ocidente, conciliar o jardim de há mil anos com o robô, a máquina com o coração humano. Aqui reside a principal razão do seu desenvolvimento.

Como foi possível este feito admirável de trabalho e inteligência?

Antes de entrarmos propriamente na análise do progresso japonês, torna-se indispensável dar ao leitor comum uma ideia, sumaríssima embora, da evolução histórica do país até ao momento do arranque, que começa exactamente com a abertura do Japão ao Ocidente, nos meados do século passado.

(Japão: A Construção de Um País Moderno, pp. 13-19)

PARTE V
SUGESTÕES SUMARÍSSIMAS
SOBRE COMO APRENDER DO EXEMPLO JAPONÊS
A VENCER O ATRASO DE PORTUGAL

I
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Quando se estudam os exemplos dos países desenvolvidos, encontramos em todos eles certos factores essenciais ao desenvolvimento: alto grau de educação, organização da economia, disciplina social, predominante utilização da ciência e da tecnologia.

Os países mais prósperos não são os mais ricos em recursos naturais, mas aqueles que melhor uso sabem fazer da inteligência. O país europeu mais próspero e de mais alto nível de vida é a Suíça: é dos mais pobres em matérias-primas e, encravado no centro da Europa, não desfruta sequer das riquezas do mar. O Japão, semelhantemente, tem de importar quase todas as matérias-primas que transforma, e é a segunda maior potência económica mundial, com um produto nacional bruto que vem a seguir ao dos Estados Unidos e superior ao da vasta União Soviética. Em África, o país mais rico em matérias-primas é o Zaire, que no Catanga possui reservas quase inesgotáveis de grande número de minérios; no entanto, é um país pobre e de mais baixo nível de vida que o Senegal, que vive da exportação do amendoim.

Não são, pois, as riquezas naturais que possui que fazem a prosperidade de um país; é o trabalho e a aplicação da inteligência.

Existem certas coordenadas que condicionam o processo do desenvolvimento, tanto de carácter material como espiritual¹.

O desenvolvimento pressupõe, antes de mais, a renovação da sociedade: 1) seja pelo contacto com uma civilização diferente; 2) seja por largo movimento de ideias; 3) seja por uma revolução ou uma guerra; 4) seja pela adopção de um sistema socioeconómico mais avançado, com importação da ciência e da tecnologia.

O exemplo do primeiro caso é o encontro dos países orientais com a civilização do Ocidente; do segundo, a elaboração ideológica dos enciclopedistas, que precedeu a Revolução Francesa; do terceiro, a Revolução Francesa e a última guerra mundial; do último, os países que depois de 1945 acederam à independência.

Quanto mais tarde arranca o processo de desenvolvimento, mais complexos se tornam os modos de o realizar, porque é hoje mais difícil competir internacionalmente, quer quando se trata de países de frágeis estruturas políticas e administrativas e recursos económicos pouco explorados, como certos países asiáticos e africanos, quer se trate de

¹ L. J. Lebret, *Dynamique Concrète du Développement*, Éditions Ouvrières, Paris, 1961.

países que, por envelhecimento das instituições, ou por falta de cultura do povo, se atrasaram no processo de modernização, como é o caso de Portugal. No primeiro caso, o problema fundamental – como se viu no exemplo japonês – é como seleccionar os valores importados da cultura ocidental, ponderar sobre quais os valores da herança tradicional que devem ser conservados e elaborar a combinação harmoniosa de uns e outros valores; no caso dos países de civilização europeia, o problema é de revisão e renovação das estruturas, pondo de parte tudo o que é já morto no passado e escolher a via da modernização adequada à cultura, economia e carácter do país em causa².

Por circunstâncias várias, a seguir brevemente expostas, Portugal deixou-se atrasar em relação a todos os países da Europa ocidental.

Não há que procurar longe de mais as causas deste atraso, nem ir, como um notável historiador há pouco, a ponto de afirmar que Portugal já estava atrasado no tempo de D. Afonso Henriques. Afirmações destas levam a um fatalismo e sentimento de inferioridade e incapacidade perniciosos e negadores do futuro. Portugal, no tempo do marquês de Pombal, era um dos países mais renovados e de mais moderna administração da Europa, mais certamente que outros que estão hoje na vanguarda do continente.

Hoje, para nós, o problema que é preciso enfrentar objectivamente é, pois, decidir se Portugal se pode ainda tornar num país moderno e próspero amanhã, ou se cairá cada vez mais na mediocridade e na miséria, com o risco de se tornar numa província de Espanha.

Creio que há vias possíveis para a nossa modernização a ponto de Portugal vir a tornar-se num país da vanguarda da Europa, como que numa nova Suíça; estou convencido de que no exemplo japonês podemos muito aproveitar.

II

O EXEMPLO JAPONÊS

² A. Martins Janeira, *Modernisation des Pays Africains et Asiatiques*, Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

O Japão é o melhor exemplo de país aberto às ideias estrangeiras, que depois as soube transformar em seu benefício, assimilando-as, fundindo-as com as velhas tradições nacionais.

Há neste processo coisas que são intransferíveis porque resultam da peculiaridade do carácter japonês: a capacidade para a acção comum, o profundo respeito pela perícia e habilidade, veneração confuciana pelo trabalho, pelo princípio do auto-aperfeiçoamento, educação nos ideais de serenidade e harmonia, juntos à admiração pelo êxito (o valor atribuído ao êxito já foi comparado à ética protestante). No plano social deve considerar-se que instituições que em países do Ocidente têm capital importância, como a Igreja e as Forças Armadas, no Japão não possuem, nem procuram, poder político, nem gozam de influência no aparelho da governação.

É óbvio que não é possível prescrever o exemplo japonês para imitação indiscriminada; existem na comparação entre os dois países muitas áreas em que não há comensurabilidade. Todavia, países avançados, incluindo os Estados Unidos e a Alemanha Federal, têm procurado aprender no exemplo nipónico. Ezra Vogel apontou-o, como lição, aos Americanos; não será de mais que se aconselhe aos Portugueses o seu estudo.

O Japão, como vimos, é um país pobre de recursos naturais que, incapaz de produzir pão para todos os seus filhos, teve de recorrer a uma larga emigração³.

A pobreza foi um estímulo para o esforço de desenvolvimento que levou à presente prosperidade. Este, a meu ver, o primeiro ensinamento a tirar – a vontade inteligentemente dirigida para superar as carências naturais.

Tal desenvolvimento só pode ser hoje realizado através dos meios e processos industriais, escolhidos criteriosamente e executados com alto grau de aperfeiçoamento técnico e com um forte sentimento de solidariedade entre patrões e operários, e visando não o lucro mas o bem-estar de todos os que trabalham na mesma empresa, dedicados ao futuro nacional.

³ A emigração japonesa dirigiu-se sobretudo para a América Latina e Havai. Vivem no Brasil oitocentos mil japoneses e cerca de um total de 2 milhões de emigrantes espalhados pelo resto do mundo. Vide Edwin Reischauer, *Japan, The History of a Nation*, Tuttle, Tóquio, 1981.

O Japão é o único exemplo de um país que passou em pouco tempo da fase agrária tradicional para a fase industrial moderna avançada. Como vimos, a maioria da sua mão-de-obra emprega-se no sector terciário ou de serviços, de todos o mais produtivo.

O nível de acumulação de capitais e consumo em massa permitiram depois a passagem do estágio de capital intensivo ao estágio de saber intensivo.

Os homens da Restauração Meiji lançaram o Japão num caminho pelo qual, em duas gerações, teriam modificado a sociedade, fazendo-a passar do domínio da hierarquia para o domínio da educação. A administração passou a ser dirigida por homens preparados nas melhores universidades. Depois dos vários estádios que descrevemos, hoje, o Japão, segundo o Clube de Roma, aproxima-se dos limites do crescimento.

A economia das sociedades modernas move-se no sentido da diversificação: primeiro a agricultura, depois o saber industrial (*know-how*), fornecem as reservas necessárias para o desenvolvimento.

III

LIÇÕES QUE PODEMOS TIRAR DO EXEMPLO JAPONÊS

O progresso do Japão é tão racional, tão lucidamente planeado e perfeitamente executado que, nele, mais do que em nenhum outro país, se podem descortinar os mecanismos do avanço e as razões que justificam o seu êxito singular.

A um país não desenvolvido e inatingido pelo abalo de duas grandes guerras, que, destruindo-os, obrigaram a renovar os principais países da Europa – não é por acaso que os dois países mais destruídos, a Alemanha e o Japão, são hoje os mais novos e mais prósperos –, como é Portugal, e afastado das correntes inovadoras que vão transformando o mundo, o exemplo do Japão oferece algumas lições inestimáveis. Embora aplicáveis a numerosos sectores, referimos apenas as principais: transformação das estruturas fundamentais; procura da harmonia social por iniciativa das duas classes antagónicas, patrões e operários, através da conciliação voluntária dos interesses comuns; cálculo e planeamento; esforço de inovação constante; o desejo de ultrapassar todos os outros países; auxílio intensivo às indústrias novas e abandono das antigas cuja produtividade diminuiu; aplicação da ciência e tecnologia tanto ao progresso geral como

às necessidades da vida diária do homem comum; igualdade democrática no trabalho e participação indirecta dos trabalhadores nos lucros da empresa; valorização da educação e incessante aperfeiçoamento do sistema educativo – que é de todas as lições a mais importante.

1. Renovação das estruturas

Vimos que a Restauração Meiji começou por estabelecer uma nova hierarquia das classes sociais, que está na base da rápida transformação de uma sociedade feudal numa sociedade moderna. Foi uma reforma profunda e pacífica. Com isto se relaciona o estabelecimento de indústrias, a principal das quais era a têxtil, que contribuía para mais de metade das exportações.

Em Portugal, as estruturas sociais e económicas há muito que se não renovaram fundamentalmente. A nossa sociedade é hoje muito diferente daquela da I República e vai-se afastando dos aspectos sociais do período ditatorial. Mas as estruturas económicas, no fundo, pouco mudaram: a agricultura continua a usar meios antiquados e é pouco produtiva, apesar de empregar quase um terço da população activa (30% contra 7% nos países da CEE), e contribui em menos de metade para a subsistência da população, apesar de representar muito no PIB (14%), ao contrário dos países da CEE (média de 4%). Também a indústria é pouco inovadora: basta analisar a lista dos principais produtos da nossa exportação – tecido, vinhos, calçado, cortiça, pasta de papel –, ocupando-se a maior parte dela na produção e exportação de tecidos, que é o produto por onde arrancam todos os países subdesenvolvidos, e que os países desenvolvidos já substituíram, ou estão a substituir, por novas indústrias, dada a concorrência dos países de baixos salários e baixo teor de vida; o nosso sector de serviços é ainda diminuto⁴, importamos quase o dobro do que exportamos (em 1981, respectivamente 550 e 256 milhões de contos).

2. Os estímulos à economia

⁴ Cfr. Francisco Pereira de Moura, *Para Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Seara Nova, Lisboa, 1973.

Vimos como a economia japonesa obedece a uma orientação colectiva em que colaboram harmoniosamente o Governo, a burocracia e os círculos do comércio e da indústria.

Pode dizer-se neste aspecto que a economia portuguesa não segue orientação nítida, existe frequentemente conflito entre os vários agentes, e o incentivo é errático, disperso e débil. É uma economia sem estímulos. O dinheiro e o crédito são o sangue da economia; porém, em Portugal não existe uma política monetária e creditícia e as descoordenadas medidas tomadas neste campo são responsáveis, em parte, pela estagnação económica. Hoje não temos uma política financeira, a nossa dívida externa cresce, a ponto de se falar em perigo de bancarrota; quando a tivemos, ela ia ao invés da Europa – em vez de investir, provincianamente amealhava. O fomento foi, e é, tímido, vagaroso, pouco esclarecido.

O crédito, entre nós, é retraído, escasso, sem visão, temeroso de riscos, que de resto não são poucos, dada a frequente falta de organização no comércio e na indústria e a pouca competência e solidez das empresas.

Em Portugal nunca houve, nem há, uma política fiscal. O fisco, injusto, pesado, irracional, tem apenas um objectivo: criar receitas. Há que elaborar um sistema fiscal de longas vistas, que estimule a modernização das indústrias e da agricultura, isentando a importação dos últimos modelos de máquinas; que incentive a exportação diminuindo ou abolindo taxas e as formalidades complicadas e absurdas em que a nossa burocracia é tão fecunda.

Vimos o papel dos bancos, oficiais e privados, na acção de estimular e controlar a economia no Japão. Os bancos nipónicos colaboram com as empresas, apoiando-as financeiramente, dando largos incentivos, ou restringindo o crédito quando a economia «aquece». O crédito no Japão tem um papel muito mais importante que o capital, e as suas dimensões são muito mais largas. Os bancos favorecem a inovação industrial, aconselham e estimulam a exportação por meio de empréstimos a juros baixos. Os Bancos do Desenvolvimento e da Exportação emprestaram às empresas, em 1979, cento e vinte e sete biliões de ienes, a juro muito baixo.

Os bancos, em Portugal, nunca tiveram uma acção dinamizadora da economia, nem de incentivo suficiente ao desenvolvimento – sua principal função nos países bem governados.

Antes do 25 de Abril, os bancos serviram de fonte de enriquecimento à dúzia de famílias que concentrava nas suas mãos metade da riqueza nacional. Depois, a nacionalização – que bem dirigida podia ter sido um incentivo ao desenvolvimento económico –, feita sem preparação, nem estudo prévio, tornou o papel dos bancos mais ineficaz ainda que antes, enredando-os em regulamentos burocráticos. Hoje, os bancos, em vez de activarem o dinheiro e o crédito, incentivando a economia, ajudam a esmagá-la, pagando juros tão altos que desanimam o investimento.

3. Burocracia

Falámos da eficiência da burocracia nipónica, da alta preparação dos burocratas «iluminados», da constante reciclagem e actualização de conhecimentos profissionais a que estão sujeitos, do prestígio de que gozam junto dos cidadãos e do Governo. Um país só pode ser bem administrado com instituições que funcionem, se possuir uma máquina burocrática eficiente, capaz e responsável.

O Ministério do Comércio Internacional e da Indústria (MITI) tem desempenhado um papel primordial no progresso do Japão, traçando as linhas de desenvolvimento, apontando para oportunidades novas, estimulando a renovação das indústrias e aconselhando o abandono de indústrias velhas improdutivas, encontrando novos meios de aumentar as exportações.

Estes objectivos são secundados e reforçados pelo fisco, que desempenha um papel primordial no desenvolvimento industrial, isentando a importação de novos equipamentos, concedendo taxas de favor, encorajando a exportação, por meio de benefícios ou isenções.

A burocracia portuguesa é conhecida sobretudo pela sua ineficiência, incompetência, ronçirice e falta do sentido de responsabilidade.

Portugal precisa de uma escola superior de administração com um nível equiparável ao da Escola Superior da Administração em França ou da Manchester

School of Administration; são escolas onde se estudam os problemas mais importantes do nosso tempo, com a preocupação de actualidade, aprofundamento, positividade; os objectivos dessas escolas são formar um espírito de análise crítica, de apreensão concreta e global das grandes questões, e a capacidade de decisão; aprende-se sobretudo a correlacionar os grandes problemas, traçar planos, concretizar as ideias. O carácter vago do nosso ensino superior é a causa dos muitos discursos inúteis no Parlamento, da vacuidade das altas reuniões oficiais, da ineficiência dos nossos homens públicos e altos burocratas.

4. Quais as razões do atraso de Portugal?

Portugal é um país mal ensinado, mal administrado e mal governado.

Na época dos Descobrimentos, a nossa administração deixava escoar o ouro para a Flandres e a Espanha; os nossos reis dos séculos do ouro e dos diamantes gastavam tanto em fausto e no «delírio» de grandezas que viveram sempre endividados ao estrangeiro. O Estado Português era quase sempre devedor à «agiotagem cosmopolita»⁵.

O desenvolvimento ocidental, valorizando o conhecimento prático, começou na Renascença, nos séculos XV e XVI. O progresso, a possibilidade de o homem melhorar a sua condição e o seu ambiente, data apenas de há dois séculos, quando os enciclopedistas franceses faziam uma revolução das ideias.

Surgiram novas instituições políticas, novos sistemas de educação e de produção e novas ideias religiosas.

Portugal era então governado pelo maior estadista da sua história, Sebastião José de Carvalho e Melo. O marquês de Pombal não é um produto do meio, que já então era medíocre.

⁵ D. Manuel I recorria aos empréstimos para pagar as despesas de cada expedição. Seu filho, D. João III, fez o mesmo e usou de expedientes financeiros vários, como a venda de juros reais (Virgínia Rau, *Estudos de História Económica*, Ática, Lisboa, 1961, p. 38).

«Assim do que a Índia podia dar, aproveitava principalmente a agiotagem cosmopolita, e aproveitava a Espanha; o Estado Português, esse, como se diz na língua popular, cada vez se empenhava mais.» (Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929)

«A Índia e a África, se empobreciam o Estado, enriqueciam a casta nobre.» (*ibidem*, p. 157)

A época de D. João V consistiu em magnificência e «penúria» (*ibidem*, p. 378). D. João V deixou dívidas, e «quando morreu houve necessidade de pedir emprestado a um particular as despesas do funeral» (*ibidem*, p. 380).

Convém demorar um pouco sobre o período mais significativo da nossa história em matéria de desenvolvimento.

Antes de Pombal, o País encontrava-se mergulhado na ignorância e na superstição, vivendo num estado de estagnação absoluta, «apesar da fantástica profusão de ouro e diamantes»⁶. Um viajante inglês escrevia por esse tempo: «A linda província da velha Lusitânia jaz no silêncio da opressão e da morte, debaixo dos pés de padres ociosos e de alguns ministros insignificantes e sem princípios.»⁷

Portugal era uma terra de padres incultos. 10% da população, 200 000, eram religiosos de profissão. Entre tanta gente que não trabalhava em profissões manuais, são raríssimos os que deixaram nome nas letras.

Pombal, depois de cinco anos de ministro em Londres e três anos em Viena de Áustria, a observar o seu país de longe, tomara a verdadeira perspectiva dos grandes problemas nacionais. Em contacto com as modernas realidades europeias, observou muito, estudou os modernos processos comerciais. Pombal pertencia a esse grupo esclarecido de *estrangeirados* que defendiam a introdução em Portugal de ideias e métodos estrangeiros, aqui pouco conhecidos, ou combatidos pela reacção e pelo clero. Uns desses estrangeirados eram diplomatas, como o Cavaleiro de Oliveira, D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, o próprio Pombal; outros haviam fugido aos perigos da Inquisição, como Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento.

Quando voltou do estrangeiro, Pombal ficou tão impressionado com o atraso do País que escreveu o que nunca nenhum ministro português teve a coragem de repetir: o nosso atraso exige uma revolução, «um golpe de raio que abisme e subverta tudo para tudo reformar»⁸.

A obra de Pombal representou um grande progresso sobre o seu tempo. Deu um forte golpe no papel tradicionalista e reaccionário da nobreza e da Igreja, estabeleceu a economia em bases empresariais e capitalistas; lançou iniciativas na agricultura, no

⁶ Marcus Cheke, *O Ditador de Portugal – Marquês de Pombal*, tradução de António Álvaro Dória, Livraria Civilização Editora, p. 17. Cfr. Teixeira Soares, *O Marquês de Pombal, a Lição do Passado e a Lição do Presente*, Rio Alba, 1961; Jorge de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 1951.

⁷ Citado por Marcus Cheke, *ibidem*, p. 17.

⁸ Marquês de Pombal, *Cartas e Outras Obras Selectas*, Lisboa, 1861, II, p. 186.

comércio e na indústria. Não pôs esta em estado de competir com as indústrias estrangeiras, nem isso era possível, dado o nosso atraso: no tempo de Pombal ainda não existia em Portugal a máquina a vapor. Mas «o atraso do seiscentismo foi em grande parte vencido nos vinte e sete anos do seu Governo»⁹.

Nos primeiros anos do seu Governo, pela década de 1750, o seu principal objectivo foi criar grandes organizações fomentadoras do comércio; na última década, como o comércio se mostrava estagnado, o seu esforço incidia em encorajar a produção de mercadorias que o País importava, e que nessa altura compreendia bens alimentícios como cereais e peixe seco¹⁰.

A criação do Erário Público é a primeira tentativa séria de pôr ordem nas receitas e despesas públicas, até então contabilizadas confusamente pela Casa dos Contos. O comércio havia aumentado, desde 1774, seis vezes na importação e oito vezes na exportação, e em 1800 a balança de pagamentos encontrava-se equilibrada.

A sua acção inovadora tocou a toda a vida nacional, com particular atenção à agricultura e ao ensino. Em economia, Pombal defende a necessidade de um sistema de auto-subsistência¹¹.

Partidário do «despotismo esclarecido», fórmula dominante então na política europeia, Pombal cometeu excessos de autoridade e crueldades odiosas, sempre com a preocupação de impor a absoluta autoridade real e – através desta – manter nas suas mãos as rédeas do poder.

É a primeira vez que em Portugal se estabelecem planos de estruturação da economia.

Durante vinte anos fez-se uma completa renovação das estruturas do Estado: como no Japão se faria um século depois, recrutaram-se técnicos estrangeiros para renovar a indústria, que se desenvolveu muito, sobretudo a fabricação de tecidos de seda, de chapéus de feltro e de tecidos de lã, produzidos na Covilhã desde o tempo de Gil Vicente, que a eles alude, e onde, nos fins do século XVII e mesmo depois do Tratado de Methuen, existiam, como no Fundão, fábricas rudimentares.

⁹ José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1979, p. 254.

¹⁰ Pombal defendia o princípio da auto-suficiência do País (*op. cit.* II, p. 173 e ss.).

¹¹ José Calvet de Magalhães, *História do Pensamento Económico em Portugal*, Coimbra, 1967.

A reconstrução de Lisboa a seguir ao terramoto de 1755 reflecte a ideia de impor a igualdade: nada de grandezas exteriores que mostrassem a nobreza do proprietário; nem palácios imponentes, nem as magnificências arquitectónicas de grandes fachadas, arcos, estátuas: uma cidade geométrica de ruas rectilíneas e largas, precisamente com a largura das ruas de Londres.

O mais importante da obra pombalina foi a reforma do ensino. Criaram-se faculdades novas, de Matemática e Filosofia; fundaram-se laboratórios de Física, um teatro anatómico, o Observatório de Astronomia, o Jardim Botânico; criou-se o Colégio dos Nobres, em que se dava particular atenção às disciplinas científicas.

Os Jesuítas, que tinham preponderante influência no ensino, foram expulsos do País. No seu conjunto, a obra educativa de Pombal era «audaciosa e progressiva, mesmo em relação às demais universidades europeias do seu tempo». Porém, a reforma de ensino não teve efeitos duradouros. Caído Pombal, os lentes reaccionários de Coimbra voltavam a pontificar. No ano seguinte à morte de D. José é preso o geómetra José Anastácio da Cunha por ler Voltaire, e o padre Avelar (Brotero) refugia-se em França. Voltou-se ao obscurantismo anterior e os melhores cérebros tiveram de fugir à Inquisição. À reforma de Pombal é devida a prosperidade do período que o seguiu. A reforma pombalina foi a mais profunda acção política de renovação de Portugal, e por isso merece ser aqui referida – quaisquer que sejam os defeitos e limitações humanas do seu autor. Algumas das suas medidas, como a da expulsão dos Jesuítas, foram depois seguidas pela França, Espanha e Parma e pelo próprio papa Clemente XVI, que extinguiu a Companhia de Jesus. Foi das poucas vezes, depois das Descobertas, em que Portugal, em vez de seguir o exemplo estrangeiro, foi seguido por outros países. Desaparecido Pombal, a onda de obscurantismo alastra de novo pelo País. A Igreja toma de novo conta do ensino, a economia deteriora-se. A separação económica do Brasil, as três investidas das invasões francesas, nos começos do século XIX, guerras civis repetidas, lutas internas que duraram até meados do século, com depredações e mortes, dilaceraram e arruinaram o País, aumentando o seu atraso. (De 1820 a 1910, os Governos duraram em média cinco meses e de 1843 ao fim da Monarquia houve quarenta e três eleições, à média de vinte meses por legislatura.) A interromper esta decadência, brilha apenas a iniciativa de Mouzinho da Silveira criando um corpo de legislação verdadeiramente revolucionária e inovadora, durante dez meses, em 1823.

Põe fim aos privilégios, liberaliza a economia, reorganiza e torna eficiente o sistema governativo, lança as bases de uma nova organização administrativa, definindo a intervenção do poder central nas autarquias locais.

No ano seguinte, Joaquim António de Aguiar dissolveu a maior parte das instituições religiosas (cerca de um terço das terras cultivadas pertencia então à Igreja).

Porém, a onda de inovação não ia durar. Em 1828 eclode no Porto uma revolta militar que alastra pelo Norte, até ao Mondego. A guerra civil assola o País de 1826 a 1834. Em 1836 rebenta nova revolta, fazendo eco à que se dera um mês antes em Espanha.

Foi nossa má sina que Portugal se destruísse em tantas lutas intestinas, abatido e estagnado, enquanto a Europa, nessa primeira parte do século XIX, realizava um intenso desenvolvimento económico.

Só em 1849 começou a construir-se uma rede de estradas, e o primeiro troço do caminho-de-ferro foi aberto em 1856, chegando a unir Lisboa ao Porto só em 1864. Aparece um grande programa de obras públicas, promovido por Fontes Pereira de Melo.

Porém, Portugal pouco produz. «Importa-se tudo. Leis, ideias, filosofia, assuntos estéticos, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos caríssimo com os direitos de alfândega; e é em segunda mão, não foi feita por nós, fica-nos curta nas mangas», escreve ironicamente Eça de Queirós em *Os Maias* em 1888.

Este brevíssimo escorço será suficiente para mostrar que no nosso desenvolvimento não existem linhas de continuidade nem um propósito nítido que passe de geração em geração. Vêem-se sobretudo medidas de oportunidade para fazer face às dificuldades de momento, com algumas iniciativas esclarecidas que se erguem à visão do futuro, mas a que as gerações seguintes não dão continuidade.

Assim se chegou a um capitalismo mais dirigido para o lucro imediato que para a consolidação das estruturas da empresa, fraco de iniciativa e agressividade, frouxo e confuso nos objectivos, com débil consciência dos interesses da comunidade. A fraca integração social não só não permite um esforço colectivo coeso como suscita frequentes atritos. Hermann Keyserling considera o Português um ser «crispado» e mesquinho, pronto a explodir perante a menor provocação. Harmonia e cooperação são

factores essenciais para o desenvolvimento – harmonia e cooperação activa entre o Governo e os industriais e entre estes e os trabalhadores.

Existe em Portugal um estado permanente de tensão entre patrões e operários; uns compreendem de menos, outros exigem de mais; há intransigência dos dois lados. A desconfiança mútua resulta nas greves numerosas que destroem a economia. E como é a economia que sustenta patrões e operários, estão frequentemente a sangrar-se a si próprios e a depauperar o País. O egoísmo, intolerância e despotismo do patronato na época salazarista provocaram a justificada desconfiança do operariado; muitos patrões continuam a mostrar a mesma mentalidade retrógrada; os operários lançam-se também em excessos de reivindicativismo. Em vez de se esforçarem, de um lado e outro, por colmatar as rupturas, ambos exacerbam o agravo, a inflexibilidade, a intolerância: os operários exigindo frequentemente o que é de mais no quadro da economia da empresa, os patrões não reconhecendo o valor moral do trabalho, fechados no seu egoísmo, preocupados mais com o lucro do que com o bem-estar dos trabalhadores, e sem consciência clara da finalidade nacional que transcende os objectivos da empresa. Entrámos numa era em que o colectivo predomina sobre o individual – só os homens superiores ao egoísmo têm direito a dirigir uma organização colectiva e só os povos esclarecidos serão capazes de se salvar e de salvar a civilização na brutal luta pela concorrência que se adivinha no próximo século.

5. A lição da inovação

O Japão ensina-nos que enquanto um país se concentra nas indústrias de labor intensivo (têxtil, calçado, etc.) está condenado à pobreza, e também que um país começa a progredir logo que se orienta para a estruturação industrial dos países avançados: metalurgia, indústrias químicas, aparelhos eléctricos, electrónicos, etc.

Para isto é preciso importar do estrangeiro a tecnologia – sempre a última palavra em tecnologia – e pôr de parte logo que possível as máquinas ultrapassadas por modelos mais modernos: máquinas e saber.

Porém, hoje mesmo as indústrias mencionadas, em que Portugal ainda não pratica os mais modernos processos, foram ultrapassadas. Portugal chegará tarde, porque outros países de tecnologia intermédia e mais baixos salários, como a Coreia do Sul e a

Formosa, iniciaram já essas indústrias. De modo que quanto mais tarde nos lançarmos neste campo da indústria, mais duras condições de concorrência teremos de vencer. Esta concorrência está já a verificar-se na construção naval, apesar de esta ser uma das nossas indústrias mais desenvolvidas, embora bem longe do grau de modernidade e estruturação da japonesa.

Porém, estas indústrias foram por sua vez ultrapassadas, e ao mesmo tempo a alta do petróleo mostrou que é cada vez mais caro e arriscado investir nelas em virtude do seu alto consumo de energia. O futuro está na informática.

Ora é o que cabe a Portugal fazer: suprimir todas as fases industriais intermédias – em que não poderá singrar porque nelas encontraria a séria concorrência dos países em desenvolvimento da Europa e da Ásia – e saltar para a terceira revolução industrial, a começar pela microelectrónica. Assim estão a fazer de certo modo a Espanha e a Irlanda.

Ainda aqui nos serve o exemplo japonês, a experiência que ensina que é preciso fazer uma selecção das indústrias e procurar incansavelmente os últimos aperfeiçoamentos técnicos.

Está provado que o progresso depende sobretudo de um pequeno número de indústrias, o que facilitou o salto industrial de um pequeno país, como aconteceu com a Suíça, e poderia acontecer com Portugal, se houvesse governantes e industriais com capacidade e visão.

Para avançar, é preciso sobretudo proteger as indústrias novas, com projecção no futuro, e abandonar o imobilismo do *status quo*.

6. Educação

A principal lição que o Japão oferece a um país pobre de recursos naturais e que desde há muito conta com uma fonte de receita na emigração – o que no Japão também acontecia antes da última guerra mundial – é a valorização dos homens pela educação¹². Vimos já que, em 1872, o rescrito imperial sobre a educação determinava que não devia

¹² Prefere-se o termo «educação»: enquanto que «ensino» é conotado apenas com a escola, a educação implica um processo global de formação dos homens, compreendendo, além dessa, o intercâmbio social, aspectos pedagógicos da política ou acção do Estado, em geral todo o teor do convívio colectivo.

existir um só japonês que não soubesse ler e escrever. A educação é equacionada a desenvolvimento, formação dos homens, «motor da economia». O Japão provou que o verdadeiro capital não é o dinheiro, mas o saber.

O saber é o principal capital das sociedades modernas na idade da informática. O saber, escreve Peter Drucker, «tornou-se no capital central, centro do custo e fonte crucial da economia [...] Julgávamos que o que era preciso era fazer dos pobres ricos, mas temos de aprender que o que é preciso é fazer os pobres produtivos»¹³.

Economistas americanos e soviéticos estão de acordo em afirmar que um trabalhador qualificado vale pelo menos por dois.

Um dos factores mais relevantes da instrução de um país é a proporção entre os recursos económicos e a instrução, escreve o economista Carlo Cipolla¹⁴.

É evidente que, além da educação, o desenvolvimento pressupõe trabalho, investimentos, renovação, planeamento, disciplina social.

O Ocidente prevaleceu sobre o Oriente, nos séculos XV e XVI, porque os seus soldados estavam intelectualmente mais desenvolvidos¹⁵. É aceite que os países que possuíam maior número de soldados instruídos levaram vantagens sobre os outros. A Prússia, em 1870, é um exemplo: possuía 3% apenas de soldados analfabetos, enquanto que a França contava com mais de 20%. Por isso os Franceses então diziam que «Sedan é a vitória do mestre-escola alemão». A melhor utilização das armas de fogo dependia do conhecimento dos manuais pelos oficiais e sargentos. Os generais preferiam os recrutas das cidades aos do campo, por serem mais instruídos.

A Suécia e a Escócia eram mais instruídas que a Inglaterra, e na Suíça existia já um elevado grau de instrução no século XVI. Em Veneza, nos começos desse século, o número de oficiais subalternos da marinha analfabetos era alarmante e veio a prejudicar a navegação e comércio da pequena República quando as técnicas náuticas no mar alto

¹³ Peter Drucker, *The Age of Discontinuity*, p. 124.

¹⁴ Carlo M. Cipolla, *Instrução e Desenvolvimento no Ocidente*, tradução de Orlando Neves, Ulisseia, Lisboa.

¹⁵ C. N. Parkinson, *East and West*, Nova Iorque, 1965, p. 201 e ss.

começaram a desenvolver-se, ficando impedidos os capitães e navegadores de poderem seguir os progressos da ciência náutica.

Durante o século XIX, os países europeus hoje desenvolvidos fizeram um grande avanço no campo do ensino; considerava-se que o desenvolvimento era indicado pelo facto de um país possuir então um a três professores por cada mil habitantes.

Portugal é em 1890 o país mais atrasado da Europa, com 8 professores por 10 000 habitantes – enquanto que a Espanha e a Bélgica contavam com 20, a França 37, a Inglaterra e a Holanda 35, a Itália 19, a Alemanha 24, a Suíça 31. Portugal, como se vê, estava então muito distanciado dos países cultos da Europa. Só em 1860 foram instituídas em Portugal escolas para professores¹⁶.

O grau de educação não depende apenas do número de professores, mas da qualidade destes e da taxa da frequência escolar. Acrescia ainda que em Portugal grande número de professores primários estavam impreparados para o ensino e não usavam um método racional de educação; e as crianças, na altura das colheitas, desertavam da escola para irem trabalhar no campo.

Desde o marquês de Pombal, não se fez um esforço maior e uma reforma nacional larga e progressiva do sistema de ensino.

Depois da última guerra mundial houve uma bem orientada intensificação da educação em todos os países europeus, com excepção de Portugal. Os Estados Unidos tornaram-se num país de ciência e tecnologia: nos anos de 1940-1965, enquanto que o

¹⁶ Uma das primeiras tentativas para organizar o ensino primário oficial em Portugal foi a lei pombalina de 1772. O regime liberal aumentou o número de escolas; o regime absolutista encerrou-as e perseguiu os professores. A alta taxa de analfabetismo foi um dos argumentos usados pela propaganda republicana. Os estudos técnicos foram introduzidos pelo marquês de Pombal. Mas as bases do ensino técnico oficial foram estabelecidas por Passos Manuel, com a criação das Conservatórias das Artes e Ofícios, em Lisboa e no Porto, em 1836 e 1837. Fontes Pereira de Melo, em 1852, fundou as primeiras escolas industriais: o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto. Foi sobretudo a partir de 1900 que se cuidou de espalhar a instrução primária por todo o País (A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, II, p. 45 e ss.).

O Colégio dos Nobres fora inspirado na ideia de fundar uma escola superior que preparasse os futuros governadores, secretários de Estado, altos funcionários, do continente e ultramar, e onde os filhos dos ricos burgueses aprendessem juntamente com os meninos nobres. A ideia do Colégio é sugerida pelas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, do médico exilado, colaborador dos enciclopedistas, Ribeiro Sanches, publicadas em 1760. Porém, o Colégio foi encerrado, porque o espírito da nobreza, então, como sempre, em Portugal, não era ilustrar-se e aprender; indiferente à instrução, ocupava-se sobretudo nas armas e cavalaria, nas caçadas, fado e rusgas nocturnas nas ruas da capital (em que o próprio José Sebastião de Carvalho e Melo, como Camões, participara em rapaz).

Pode afirmar-se afoitamente que a reforma de ensino de Pombal foi a mais esclarecida e avançada que se fez em Portugal até hoje.

PNB americano aumentava sete vezes em termos nominais, as despesas para a investigação e desenvolvimento aumentavam sessenta vezes e as despesas para a educação quinze vezes.

Em Portugal não há, como há em todos os países desenvolvidos – onde desenvolvimento é sinónimo de cultura –, estima e respeito pelos homens de saber.

A ciência e a tecnologia são hoje o barómetro da força e progresso de um país. O desenvolvimento da ciência e tecnologia será o factor-chave para determinar as tendências predominantes e a força básica do mundo no próximo século¹⁷.

Como a Alemanha nazi, Portugal expulsou os judeus, entre os quais se contavam as pessoas mais cultas. Foram verdadeiras sangrias na inteligência nacional. Durante a última guerra mundial passaram por Portugal alguns dos maiores cientistas do mundo; apesar de governados por um sábio professor de Coimbra, não se compreendeu que alguns deles podiam trazer ideias e ajudar a remediar o nosso atraso e não se fez uma tentativa para que alguns deles ficassem em Portugal: a obsessão da contaminação comunista obrigou-os a sair do País o mais depressa possível.

Ao contrário do que acontece em Itália e França, e hoje também na América Latina, a Igreja em Portugal tem tido grande responsabilidade pelo nosso atraso, através da sua acção reaccionária e obscurantista, ao longo dos séculos. Já Pombal imputava à Companhia de Jesus a responsabilidade do nosso atraso intelectual.

Se tivesse de singularizar uma causa da nossa decadência, eu diria: a educação.

Hoje, o nosso sistema de ensino é o pior da Europa ocidental e está entre os piores do mundo culto (não conheço, infelizmente, os da Europa oriental).

O ensino entre nós é tão mau que políticos nele formados saem das universidades sem compreenderem que a educação é o motor do desenvolvimento. Ministros da Educação e primeiros-ministros portugueses têm expressado sobre a necessidade de educação conceitos que nem hotentotes evoluídos ousariam enunciar. No tempo em que os países mais civilizados da Europa estendiam a duração do sistema do ensino para nove anos, Portugal diminuía-o, na convicção expressa por um ministro da Educação,

¹⁷ P. A. Sorokin, *The Crisis of Our Age*, Dutton, Nova Iorque, 1941.

um douto catedrático, de que saber ler, escrever e contar são suficientes para o cidadão lusitano e que três anos de escola lhe chegam para saber tudo que na vida saber importa.

Salazar faz a apologia, em vários discursos, da *aura mediocritas*, e a educação está longe de ser para ele uma preocupação primordial¹⁸.

Mais ou menos pela mesma altura, o primeiro-ministro japonês, Shigeru Yoshida, declarava: «O papel central da educação é talvez a proeminente característica da transformação do Japão.»

O próprio Marcelo Caetano, que era pior político e homem mais civilizado que o seu predecessor, afirmava, travando ambições e anseios, que nem todos podem ser doutores.

O ideal do ensino japonês é fazer o maior número possível de doutores – a quem, de resto, ninguém dá tal título.

Esta diferença de atitudes perante a educação explica melhor que longas considerações, de forma clara e cabal, as razões do nosso atraso e a causa determinante do progresso nipónico.

Depois do 25 de Abril, as coisas mudaram, prolongou-se o ensino obrigatório para nove anos. Mas perpetrou-se uma catástrofe: acabou-se com as escolas técnicas, que haviam já feito parte da reforma de ensino de Pombal (neste momento a serem restabelecidas); motivo: o mais irracional propósito de criar a igualdade; do que resultou a impreparação para os mesteres, que são a base da vida económica. Cada novo ministro inicia a sua acção por desfazer tudo o que o seu antecessor construíra e experimentar um novo sistema saído do seu génio, como uma fâsca sai do nebuloso céu.

Ora uma reforma de ensino é trabalho demasiado sério para ser realizado por um ministro. Lembre-se que o Ministério da Educação japonês faz uma reforma em cada dez anos, mas para isso consulta os melhores pedagogos, universidades, liceus, escolas primárias, professores, estudantes e seus pais.

Como entre nós a permanência dos ministros, desde há uma década, tem sido breve, cada um começa tudo de novo, improvisando apressadamente o seu pessoal sistema de ensino, que nunca lhe dão tempo de completar. E assim a juventude tem sido cobaia de uns teóricos professores cuja ineficácia vai desfalcando o País de capacidade

¹⁸ É na verdade inacreditável que a educação ocupe tão pequeno e insignificante lugar nos cinco volumes de *Discursos* de António de Oliveira Salazar.

profissional. Numa época marcada pelo ensino técnico e a especialização profissional, em que se preparam cuidadosamente os artífices, em Portugal acabava-se com aqueles, e hoje um carpinteiro, ou um electricista, não tem onde aprender a arte e é obrigado a entrar nela sem preparação, a cabeça atestada de noções gerais, vagas e inúteis, aprendidas nos liceus. Isto é um dos erros mais graves, dos maiores crimes que se perpetraram contra a inteligência nacional.

Só cerca de 11% destes estudantes seguem para a Universidade. Que acontece aos demais, impreparados para uma profissão? Há cerca de duzentos mil jovens à procura do primeiro emprego: sinal de uma crise que hoje aflige todos os países e contra a qual o Governo português menos que nenhum outro sabe encontrar solução.

Não valerá de nada estar na CEE se as nossas escolas não ensinarem de modo a competir com o alto nível do ensino administrado nos outros países da Comunidade.

Dado que não podemos atribuir a falta de educação a fatalidade ou deficiência congénita, é-se levado a crer que o português culto, sentindo-se pertencer a um escol, pensa que a educação não é para as massas, pois só assim ele pode gozar dos privilégios que a educação confere. É uma atitude semelhante à dos industriais ou comerciantes portugueses que enriquecem e não têm consciência alguma dos deveres sociais da fortuna. Com efeito, quantos museus existem fundados por homens ricos? Porque não se vêem nos museus portugueses quadros oferecidos por mecenas, como frequentemente acontece em todos os países cultos do mundo inteiro? Seria possível que alguma cidade portuguesa decidisse votar pela compra de dois caríssimos Picassos para o seu museu, como fez Basileia? Em Portugal, a inteligência e a cultura não são estimadas; ao contrário, na nossa história têm sido frequentemente perseguidas: eis aí um dos principais motivos do nosso atraso.

Portugal é mal governado desde há décadas, talvez em rigor desde há dois séculos. Parece um estranho mistério que de tão excelente povo saíssem elites tão fracas e mostrando tão pouca inteligência colectiva. Encontram-se entre os Portugueses dos indivíduos mais inteligentes e mais cultos. Mas se os colocarem no plano do trabalho colectivo mostram-se frequentemente incooperantes, ineficazes, estéreis. Se se considera a elite em conjunto, ela é fraca. Ainda hoje há milhares de homens novos que vão ao estrangeiro aperfeiçoar-se numa profissão. Depois de regressarem, sentem-se mal adaptados à comunidade, julgam-se frequentemente superiores a ela, e por isso não

espalham os conhecimentos que aprenderam à custa do Estado, e não aproveitando assim, como deveria, a colectividade. As escolas não inculcam o devotamento ao interesse colectivo e o ambiente social é estiolante e medíocre. As elites portuguesas são em geral conservadoras, tímidas, hesitantes, adaptáveis à conveniência, superficiais e de ideias confusas. A classe política prova-o por todas – por ser a única publicamente conhecida, porque é a única que podemos apreciar e julgar nos discursos, na televisão, no Parlamento. Que aconteceria se a classe dos médicos, dos advogados, dos engenheiros e outras fossem submetidas a idênticas provas?

E no entanto em Portugal o povo é inteligente, corajoso, profundo, criador, eficaz, e tem ideias claras. Provas são a poesia popular, e a música popular, que têm «um formidável poder de atracção», segundo Keyserling, que acrescenta: «Foi um dos acontecimentos mais significativos da minha vida ter conhecido esta música.» Outra prova são os louvores tecidos aos emigrantes portugueses, vindos, por exemplo, da Alemanha, o país mais culto e eficiente da Europa. Dirigidos por bons engenheiros e competentes chefes de empresa, na Alemanha, França, Suíça, Inglaterra, a massa lusitana é excelente. Em Portugal faltam os chefes competentes para lhes utilizarem as capacidades, que, bem dirigidas, podiam transformar o País.

Terá Portugal de esperar que os filhos dos emigrantes – que aprendem hoje no estrangeiro o que as escolas portuguesas não estão à altura de ensinar – regressem à sua terra e venham construir um país moderno?

IV

PORTUGAL E O FUTURO

Portugal, como os países colonizadores da Europa, tinha uma fonte considerável de rendimentos nas colónias. As quinze famílias que possuíam o País mais exploravam ainda as ricas colónias.

Como a descolonização portuguesa não foi planeada nem preparada, a independência das colónias provocou o corte súbito e total da fonte de rendimentos que elas constituíam. De repente, Portugal viu-se privado dos enormes rendimentos colhidos em África e da massa de divisas provenientes da venda de produtos coloniais.

Ao contrário de Portugal, que ficou pobre e a viver de reservas de ouro, que uma administração de curtas vistas amealhara, em vez de as investir e fazer frutificar, as outras potências coloniais europeias – Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda – continuavam comercialmente ligadas às suas antigas colónias, a que deram na altura própria a independência, e aumentaram a sua prosperidade: a queda dos impérios e o fim da colonização não empobreceram, antes enriqueceram, os antigos países colonizadores¹⁹.

Portugal havia usufruído das suas colónias durante mais de quatro séculos e a teoria oficial clamava que elas eram províncias, tal como o Minho ou o Alentejo. A privação de tão vastas fontes de riqueza e o regresso às dimensões de um pequeno país no continente europeu deveriam ter provocado uma reforma profunda do País, reorganizando as estruturas, renovando a vida nacional em moldes adaptados às novas condições e dimensões do País, segundo novos planos, novas orientações, novos desígnios.

Nada disto se fez. Houve uma ocupação desordenada e inepta de terras no Alentejo, cujo único mérito foi acabar com a injustiça de uma situação medieval, em que alguns possuíam tudo e outros nem sequer direito ao trabalho. Fez-se justiça em parte, sem plano, nem estudo, nem critério. E o que era necessário desde há muito, a reforma agrária para todo o País, nenhum político teve coragem de a empreender. No entanto, uma boa reforma agrária, mostra o exemplo japonês, está na base do progresso de um país.

Depois de séculos de embalo no sonho imperial, cujas grandezas haviam descaído até à venda de cargos oficiais e à exploração do Negro, depois de décadas de ditadura intelectualmente esterilizantes, Portugal precisava de uma revolução – uma revolução que espalhasse ideias, que renovasse as estruturas sociais e económicas, dinamizasse a política, agitasse os cérebros e as almas com novas energias e esperanças novas. Em vez de uma revolução, tivemos um golpe de Estado que nos trouxe a liberdade. Mas estamos a dar-nos conta de que a liberdade – preciosa e alegre como é – precisa de conteúdo para se não transformar em licença. É preciso preencher a liberdade com

¹⁹ Jean-Jacques Servan-Schreiber, *Le Défi Mondial*, Fayard, Paris, 1980.

ideias construtivas, com ambições, com a acção fértil do presente e o sonho criativo do futuro.

Portugal, hoje, é um país vazio de sonhos e de esperanças. O povo português é hoje um povo desorientado, confundido, adormecido, abúlico, com medo do futuro. Angustiado pelas trevas do presente, ninguém mostra ânimo para rasgar novos caminhos. E assim, num continente que se renova, ansioso por responder aos novos desafios que lhe vêm da América, e agora da Ásia, abalado pela ameaça de tecnologias novas muito distanciadas das suas, Portugal continua murado nas suas ideias velhas, na cauda de uma Europa ultrapassada, cultivando, como ambição suprema, um lugar ao sol do Mercado Comum.

A alma pequena dos homens políticos que nos têm governado, em vez de dar-nos esperança, enche-nos de dúvidas e apreensões quanto ao futuro.

Inquieta-nos o presente. Todas as democracias do continente vão à frente de nós. A vizinha Espanha, muito mais modernizada, conta com um rendimento *per capita* de mais do dobro do nosso. Portugal, disse Mário Soares, «é a democracia mais pobre da Europa».

Sentimo-nos já acicatados pelos países mais ousados do Terceiro Mundo, que concorrem connosco na produção dos mesmos produtos. As nossas exportações são típicas dos países subdesenvolvidos: têxteis (a maior), calçado, matérias-primas. Temos uma tecnologia que a Índia, a Coreia do Sul, a Formosa, Singapura, já ultrapassaram em vários aspectos. Amanhã, a China alagará de tecidos baratos todos os mercados do mundo. Quem pensa entre nós em criar novas indústrias, substituir as velhas, preparar Portugal para o inevitável desafio do futuro?

Com uma indústria retardatária, com uma agricultura arcaica, com um país atrasado que ninguém tem a coragem, e ainda menos visão, para renovar, não produzimos o suficiente para comer e temos de viver à custa do trabalho alheio. Assim, a dívida externa sobe cada vez mais em cada ano, sem possibilidade visível de nos libertarmos dela um dia.

O défice da balança comercial tem vindo a aumentar em razão da diferença dos ritmos das importações, que aumentam mais que as exportações. Tem aumentado a importação de produtos alimentares (entre eles, cereais), o que mostra o grau de

subdesenvolvimento da nossa agricultura. As exportações de 1980 e 1981, feitas as correcções monetárias, diminuíram 2% (nominalmente aumentaram 10,8%). É o momento oportuno para a renovação das estruturas portuguesas. Após cinco séculos de expansão pelo mundo, Portugal volta às duas dimensões europeias. Acabaram os custosos e brilhantes sonhos de grandeza – finalmente, tornou-se inútil o regresso de D. Sebastião. Sobre as gerações de hoje impende a responsabilidade suprema de fazer deste país uma nação moderna, ou deixá-lo cair cada vez mais baixo, até ser posto de parte por países hoje não desenvolvidos também, mas que mostram já mais determinação, hábil planeamento, mais energia e mais virilidade. O último acto de regresso e confinação à Europa foi uma vergonhosa derrocada. A descolonização «original» foi uma debandada, um acto indigno de um Estado do século XX. O futuro dirá o que cabe de responsabilidade à obstinação de prolongar a colonização, por governantes sem visão, demasiado presos aos fumos românticos do passado, para poderem compreender as irresistíveis realidades do presente; quão responsáveis foram os românticos, ingénuos heróis, que julgaram que um acto de tanta magnitude, que encerra cinco séculos de história, pode ser realizado por um rasgo impulsivo de bravura, sem estudos, sem planos, sem cuidadosa e bem fundada preparação do futuro. Os povos coloniais não foram libertados, não se cuidou de alicerçar as infra-estruturas, consolidar o ensino, planear as vias do desenvolvimento; foram simplesmente abandonados à sua sorte, às lutas internas que continuam a devorá-los e se prolongam, em Angola, com recurso a tropas estrangeiras.

Quanto a Portugal, dividido e desorientado pela descolonização súbita, que devia ter sido prevista e preparada com décadas de antecedência, ficou rasgado pelas lutas internas, pelas querelas políticas que meio século de silêncio imposto alargara a proporções explosivas, pelo problema da reintegração de mais de meio milhão de retornados. O problema dos retornados foi resolvido não por virtude de eficácia do Estado – que se mostrou incapaz –, mas pelas actividades eficientes, agressivas, dos próprios retornados, que souberam reintegrar-se no País, que é deles tanto como nosso, e começaram logo a trabalhar produtivamente.

Mas a desordem mental continua. No fim do sonho imperial, Portugal ficou a democracia mais pobre e mais atrasada da Europa. Para os outros países colonizadores, o fim do império foi a prosperidade e o progresso; para Portugal, o fim do império foi a

vil tristeza, a pobreza, a mediocridade. O povo português ainda não soube desapegar-se do passado, ainda sonha, saudoso, com as antigas glórias.

Às escolas – sempre a escola – compete formar uma nova mentalidade, novos homens ousados, ambiciosos, com uma visão lúcida da maior tarefa que os espera: elevar o povo português.

V

PORTUGAL E O JAPÃO

O atraso de Portugal em relação aos países avançados do Ocidente é tal que nenhum aperfeiçoamento, ou lei, ou simples medida política, poderá salvar-nos da nossa mediocridade – só uma reforma radical, repito, das estruturas e das mentalidades. Sem tal transformação, o futuro aparece cada ano mais sombrio. Portugal está parado, enquanto outros países avançam: a Irlanda, em 1973, tinha um rendimento inferior ao português; hoje a Irlanda, a Grécia, a Espanha, os países mais atrasados da Europa ocidental, gozam de um rendimento *per capita* superior mais de 150% ao nosso. O da Espanha é cerca de duas vezes e meia superior. Perante isto, que perspectivas se nos abrem? Se olharmos o mundo ao largo, as perspectivas são mais escuras ainda. Estamos a perder a apregoada posição de país de tecnologia intermédia: novos países, como a República da Coreia, a Formosa, Singapura, estão a ultrapassar-nos na produção de tecidos, de barcos, de processos técnicos; Singapura, há dez anos na miséria, ultrapassa hoje Portugal em rendimento *per capita* em quase o dobro.

Dizem os nossos políticos, para desculpar a nossa ineficiência, que o mundo está numa crise. Está – e enquanto em Lisboa, como em Bizâncio, se passa o tempo a discutir bagatelas, deixando para dia incerto as questões que contam, os verdadeiros problemas nacionais, o mundo avança.

Quando se reflecte no nosso grande atraso e na interdependência em que vivem hoje todos os países, considerado o acumular de falhas de tantas gerações, chegamos à conclusão de que o surto renovador de Portugal não será possível senão com o auxílio exterior: um pequeno país pobre e mal instruído não é capaz de inventar a tecnologia necessária sem auxílio do exterior.

Ora hoje vão à frente no mundo da ciência e da tecnologia os Estados Unidos e o Japão. Este ultrapassou aquele em eficiência técnica, como se vê da luta comercial entre ambos.

Como Portugal não pode preencher o fosso tecnológico que o separa dos países avançados, percorrendo, uma por uma, as fases sucessivas do processo industrial, resta-lhe um meio apenas: dar um salto tecnológico e passar às tecnologias mais avançadas, omitindo as intermédias – saltar para a Terceira Revolução Industrial.

Algo semelhante defende Robert Noyce, fundador da Intel Corporation: é hoje tarde, diz, para as indústrias que se não renovaram a tempo; agora trata-se de coisa diferente, «canalizar as nossas forças para as telecomunicações, os semicondutores, os robôs, a informática. Há apenas um sector da economia americana com futuro: é a alta tecnologia e tudo que com ela se relaciona».

A rapidez do processo tecnológico é, pois, tal que se torna preciso ir por atalhos num país como os Estados Unidos, que se dirá de um mais retardatário como Portugal? Será difícil, muito difícil, saltarmos para a idade da informática. Mas não teria sido mais difícil ao Japão passar directamente do feudalismo para a revolução industrial avançada? E, como vimos, passado um século, é hoje o Ocidente que começa a imitar o Japão.

A CEE pouco ou nada pode dar-nos de novo. Não contradigo a nossa entrada na CEE; o que não vejo é que esse ninho de desavenças, onde os ideais comuns se opõem aos interesses em conflito, traga solução aos nossos problemas capitais. Embora seja, evidentemente, a Europa o nosso lar espiritual.

A única solução sage é recorrermos aos Estados Unidos ou ao Japão – os dois países que vão na dianteira.

Quais as vantagens que cada um destes países nos oferece? Os Estados Unidos têm para nós a vantagem da proximidade geográfica, da semelhança de civilização, da generosidade até, que o Japão não iguala; os inconvenientes são a tendência de Washington para atar cordelinhos à ajuda (*attached strings*) e a propensão dos Estados Unidos, como todas as grandes potências militares, para expandir a sua influência política.

Por outro lado, começa a falar-se no «declínio americano». A *Business Week* publicou em 1980 um *dossier* sobre esse declínio: obsolescência do parque industrial americano; o nível de vida nos Estados Unidos, que até 1973 fora o mais alto do mundo e hoje se situa no quinto lugar; a «fadiga» do tecido económico americano e o pequeno avanço da tecnologia depois dos anos 70; aparecem nos Estados Unidos os primeiros sintomas do «mal inglês», isto é, a fraca produtividade e recuo nos mercados mundiais; demasiada concentração de investigação e actividade no sector das indústrias destinadas à defesa nacional. Os Estados Unidos são acusados pelos seus grandes gestores de viver à custa das tecnologias da idade do ouro dos anos 60. No plano moral: a derrota no Vietname, Watergate, a discriminação racial têm feito perder prestígio à nação americana.

Em muitos aspectos, nos êxitos práticos da sua tecnologia, o Japão ultrapassou de longe os Estados Unidos; basta o exemplo do que os Americanos importam do Japão: 90% das motocicletas, 50% dos rádios, 25% dos televisores, 23% dos automóveis – e todos os filmes de vídeo e registadores, menos um, são importados do Japão; a exportação americana para o Japão é constituída sobretudo por matérias-primas. Como já foi notado, dir-se-ia uma relação colonial.

O Japão, por seu lado, sendo uma grande potência económica, mas não militar, oferece a vantagem de o seu expansionismo ser do género que nos convém – traz tecnologias novas na indústria e no comércio (razão pela qual os países avançados da Europa, como vimos, estão a convidar os seus investimentos). Além disso, a tecnologia nipónica, em vários aspectos capitais, está mais avançada e é mais dinâmica – além dos robôs, na construção naval, em certos campos da microelectrónica, na gestão das empresas, que são exactamente o que mais nos convém.

Portugal e Japão possuem uma herança histórica comum de grande riqueza cultural. Foi Portugal que levou pela primeira vez ao Japão a ciência, a tecnologia, as artes da Europa; levou-lhe a cartografia, a ciência náutica, as armas de fogo, que tiveram influência determinante na unificação do Japão. Esta é certamente uma base válida para aproximação e entendimento. Negociar na evocação destes laços históricos criaria melhor ambiente para o diálogo, embora não seja de crer que influenciasse o resultado da negociação.

Não esperemos que os Japoneses venham fazer-nos ofertas ou propostas; para isso falta-nos o que leva os negociantes nipónicos a toda a parte: matérias-primas, ou uma extensa estrutura industrial. Foram os Ingleses que recentemente apresentaram propostas aos Japoneses, que lhes apresentaram planos, submeteram estudos e projectos, solicitaram auxílio. O mesmo fez a Holanda, a França, a Alemanha Federal, a Espanha. O primeiro hotel japonês na Europa foi construído na Holanda; hoje, os Japoneses têm estabelecido hotéis em várias capitais europeias, que atraem o turismo japonês.

Se queremos o auxílio dos Japoneses, temos de apresentar-lhes propostas concretas, viáveis e bem estudadas.

Os Japoneses, individualmente, como pessoas, são os mais generosos dos amigos; como negociadores, são duros, rigorosos, interesseiros, difíceis de contentar. A antiga história comum poderá favorecer o ambiente das negociações, mas não influirá, creio, no peso dos interesses.

Nas relações internacionais, antes de se considerar o que um país pede, faz-se o cálculo do que pode oferecer. E nós cada vez vamos podendo oferecer menos: uma mão-de-obra cada vez menos barata, relações industriais cada dia mais conflituosas, fornecimentos inseguros ou incertos quanto a prazos e até qualidade.

Se Ingleses, Franceses, Alemães, Espanhóis, chamam os gestores japoneses, quanto mais precisaríamos nós de o fazer?

Lisboa é o primeiro porto europeu por que passam os barcos japoneses que sobem o Atlântico, e Portugal tem uma posição tradicional em África; a mão-de-obra portuguesa é hábil e dócil quando conduzida com tacto e competência. E ainda temos mais trunfos a nosso favor. O que nos tem faltado é capacidade, visão, modernidade de vistas nos que nos têm dirigido, alagados de passadismo e confiados na improvisação lusitana, o pior de todos os males num mundo onde tudo é cálculo rigoroso e especialização.

Oxalá a juventude saiba superar o passado e colher dele lição e orgulho para poder enfrentar o futuro difícil que a espera.

Portugal, hoje, precisa de uma revolução – da revolução pacífica e profunda de que já falava o marquês de Pombal, cuja obra logo se apressaram a destruir os homens de bom saber, os professores e os clérigos, todos os reaccionários que em Portugal, desfasado da Europa, travam a modernização e o progresso.

É tempo de Portugal proceder a um profundo exame de consciência, reexaminar a fundo as suas instituições e criar instituições novas que o ergam à prosperidade e ao progresso, instituições que se adaptem à sua nova situação de pequeno país, cujo povo é grande e capaz, como mostra pela sua história, de rasgar novos e árduos caminhos no futuro.

E nunca o futuro de Portugal dependeu tanto de uma geração – da geração que vai renovar os postos do comando e conduzirá o País à mediocridade, ou a um futuro florescente.

(Japão: A Construção de Um País Moderno, pp. 189-217)

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, sob qualquer forma ou por qualquer processo, sem a autorização prévia e por escrito dos herdeiros de Armando Martins Janeira, com exceção de excertos breves usados para apresentação, divulgação e/ou crítica do site e/ou da vida e obra de Armando Martins Janeira.

No material available from Armando Martins Janeira site may be copied, reproduced or communicated without the prior permission of his Family. Requests for permission for use of the material should be made to info@armandomartinsjaneira.net.